



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE
ALVORADA DO OESTE - RONDÔNIA

Câmara Municipal de Alvorada do Oeste
Controladoria Geral Municipal
PROCES 170 FLS 31
20
ASSINATURA

A: DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
PROCESSO: Nº 170/2021.
ASSUNTO: DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE TONNER IMPRESSORA HP LASER MFP 135W.

Analisando o presente processo, constatamos que se trata de DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE TONNER IMPRESSORA HP LASER MFP 135W, para atender a necessidade da Câmara Municipal, conforme ofício nº170/CMAO/2021, acostado às folhas nº 001 .

Por força do artigo 38, inciso VI da Lei nº 8.666/93, foi-nos solicitado análise e parecer

Técnico sobre os procedimentos adotados no processo em referência.

Examinando os autos à luz da Lei de Licitações, constatamos ainda que:

- o procedimento administrativo foi devidamente autuado, protocolado e numerado, conforme determina o caput do artigo nº 38;
- foi solicitado junto a Coordenadoria de Contabilidade a existência de dotação orçamentária para cobertura da despesa no valor de R\$ 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais), o mesma solicitação foi atendida e emitida a nota de reserva nº24 no mesmo valor solicitado que se encontra encostada as (f.l 12) do presente processo.
- Foi submetido ao Procurador Jurídico no dia 29 de outubro de 2021 para análise sobre a modalidade de Licitação o qual emitiu o parecer favorável a modalidade de licitação a DISPENSA encostado as folhas 14/17 do presente processo .
- a CPL (Comissão Permanente de Licitação), está regularmente constituída conforme impõe o inciso III do artigo nº 38; cuidou de realizar o procedimento licitatório na modalidade **DISPENSA**, onde foi realizado a Cotação Prévia em 03 (três) empresas onde obteve a media de preço no valor de R\$ 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais) encostada as folhas nº 07 do presente processo .

Portanto, foi consagrada vencedora a seguinte empresa: 1) **EXODUS INFORMATICA LTDA -ME CNPJ:03.810.125/0001-75**. Somando em itens o valor total de R\$ 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais) ficando na media .

A empresa vencedora apresentou em tempo hábil a documentação exigida no edital.

Feita tal observação e compulsando os autos, verifico a conformidade do procedimento.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE
ALVORADA DO OESTE - RONDÔNIA

Câmara Municipal de Alvorada do Oeste

Controladoria Geral Municipal

PROCES 170 FLS 32

ASSINATURA

DO FUNDAMENTO JURÍDICO

O procedimento da licitação encontra embasamento no art. 22, XXVII, da Constituição Federal de 1988, que prescreve: "*Normas gerais de licitação e contratação em todas as modalidades, para administração pública, diretas e indiretas, incluídas as fundações instituídas, e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle.*".

Conquanto imperativas as disposições contidas no artigo suso indicado, o permissivo do art. 37, XXI, da CF - "Ressalvados os casos especificados na legislação, (...)" possibilita a aquisição de equipamentos e prestação de serviços, **isentos de licitação**.

Referendando o contido no artigo em apreço, a Lei 8.666/93 - Lei de Licitações estabelece no art. 24 a possibilidade de dispensa de licitação. Atente-se para o fato de que a Constituição dispõe sobre a obrigatoriedade da licitação, excetuando, contudo, os casos ressalvados na legislação específica, no caso a Lei 8.666/93.

Do elementar exame do art. 24 da lei 8666/93, legislação específica que norteia a matéria, verifica-se:

"Art. 24 (...) É indispensável à licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Assim, com respaldado na legislação supra mencionada a licitação é dispensada para compra de bens e serviços cujo valor não ultrapasse 10% do limite previsto na alínea "a", inciso II, artigo 23, da Lei



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE
ALVORADA DO OESTE - RONDÔNIA

Câmara Municipal de Alvorada do Oeste

Controladoria Geral Municipal

PROCES 170 FLS 33

ASSINATURA

8.666/93, o que vale dizer, não ultrapasse o limite de R\$8.000,00 (oito mil reais).

Contudo, a partir do dia 19 de Junho de 2018, entrou em vigência o Decreto n. 9.412/2018, que atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Para tanto, o valor previsto na alínea “a”, inciso II, artigo 23, da Lei 8.666/93 passou a ser de R\$176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), portanto o percentual de 10% sobre tal valor perfaz a importância de R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

Apesar de a redação do Decreto n. 9.412/2018 não indicar, de maneira expressa, a alteração dos limites para a contratação direta de pequeno valor, esses também foram afetados em razão da vinculação que os incisos I e II do art. 24 da Lei n. 8.666/93 estabelecem com os limites da modalidade convite.

Portanto, a postulação merece acolhimento, já que o pedido está plenamente respaldado pela Lei 8.666/93, mais especificamente pelo inciso II, do artigo 24, cuja licitação é dispensada para compra de bens cujo valor não ultrapasse 10% do limite previsto na alínea “a”, inciso II, artigo 23, da Lei 8.666/93, vale dizer, não ultrapasse o limite de R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) previsto no dispositivo ora invocado.

Por sua vez, o objeto deste processo e do processo serem comprado não ultrapassam o valor limite estabelecido no artigo 24, comportando, pois, a dispensa de licitação, de forma que não há qualquer óbice de ordem legal para o acolhimento da postulação.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA DO OESTE
ALVORADA DO OESTE - RONDÔNIA

Câmara Municipal de Alvorada do Oeste
Controladoria Geral Municipal
PROCES 170 FLS 34
al
ASSINATURA

Observamos

Assim entendemos que o presente processo poderá ser encaminhado para o setor competente para o prosseguimento dos procedimentos legais, desde que não haja alteração dos serviços e nem dos valores, caso contrário o mesmo deverá ser cancelado e realizado novo procedimento administrativo.

Alvorada do Oeste - RO, 19 de novembro de 2021

UILLIANS IZAQUIEL MONTAVÃO DE LARA
Controlador Interno
Portaria 010/2016/CMAO